O alto sangue: a consciência de linhagem e os escritos de Pedro Afonso de Barcelos (século XIV)

Rodrigo Prates de Andrade
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
andrade.rprates@gmail.com

Resumo: “Um homem de alto sangue de ambas as partes de onde vinha”. Com estas palavras Pedro Afonso (1287-1354), conde de Barcelos e bastardo do rei Dom Dinis I (1261-1325), teceu o panegírico de Dom Mudarra – mas o que significava esta qualidade imputada por aquele historiador português? Trata-se aqui de explorarmos nos textos do conde aquilo que o historiador Georges Duby definia como uma “consciência de linhagem”, isto é, um modo pelo qual os estratos nobiliárquicos medievais se identificavam a partir de seus laços de parentesco. Nossa hipótese é que a expressão atribuída àquele nobre cavaleiro “de muito alto sangue” carregava em seu âmago um princípio de historicidade – em Dom Mudarra era reconhecido o passado de seus ancestrais enquanto um agente ativo, uma honra fundada nas estruturas de parentesco daquela sociedade.¹

Palavras-chave: Historiografia medieval. Nobreza. Península Ibérica.

Introdução

Este dom Mudarra Gonçalves foi muito boo cavaleiro d’armas, e foi homem muito honrado e foi mui boo cristão. O conde dom Garcia Fernandez foi seu padrinho, pero que lhe nom mudarom o nome, e feze-o maior de todas as mesnadas, porque o servia bem e fazia muito mal aos Mouros, e porque era de muito alto sangue d’ambas as partes donde viinha (Livro de Linhagens, título X, parágrafo 2, p. 148).

Com estas palavras Pedro Afonso (1287-1354), conde de Barcelos e bastardo do rei Dom Dinis I (1261-1325), teceu o panegírico de Dom Mudarra ao elevá-lo através de características fundantes e benquistas pelo estamento nobiliárquico hispânico – aquele homem era um bom cavaleiro, destacava-se através de seus feitos bélicos a ponto de alcançar o posto de o maior das mesnadas de seu padrinho. Honrado, ele foi um bom cristão que venceu as hostes muçulmanas. E ainda mais, ele possuía um alto sangue que advinha

¹ As reflexões presentes neste artigo compõem parte de nossa tese de doutoramento intitulada “A herança dos antepassados: a escrita da história e a transmissibilidade do passado em Portugal (século XIV)”.

duplamente de suas ascendências. Mas o que significava esta qualidade imputada por aquele historiador português?

Pedro Afonso de Barcelos, no decorrer de sua vida, foi responsável pela elaboração de duas obras historiográficas: o *Livro de Linhagens*, uma genealogia das aristocracias de Portugal, Galícia e Castela, e a *Crónica de 1344*, um texto de verniz cronístico voltado aos povos que exerceram seu domínio na Península Ibérica. Trata-se aqui de explorarmos nos textos do conde aquilo que o historiador Georges Duby definia como uma “consciência de linhagem”, isto é, um modo pelo qual os estratos nobiliárquicos medievais se identificavam a partir de seus laços de parentesco (DUBY, 1993, p. 126).

Em ambos os textos, Dom Pedro Afonso, apresentou o jovem cavaleiro Mudarra na narrativa a partir de um entroncamento entre Gonçalo Gústioz, “un cavallero cristiano, que es ombre de muy alta sangre” e uma “infante” que estes textos não se preocuparam em nomear, mas sim em vinculá-la pela consanguinidade ao seu irmão Almançor² e a descrevê-la enquanto “muy fermosa e muy manceba. Era donzella virgen e fablava muy bien e muy apuestamente” (*Crónica de 1344*, capítulo CCLII, p. 401). A expressão atribuída àquele nobre cavaleiro “de muito alto sangue” carregava em seu âmago um princípio de historicidade – em Dom Mudarra era reconhecido o passado de seus ancestrais enquanto um agente ativo, uma honra fundada nas estruturas de parentesco da sociedade hispano-medieval.

Sangue e linhagem

Não foi à toa que, para Richard Barton, os membros da nobreza medieval foram “animais sociais”: suas identidades tanto individuais quanto coletivas – se é que podemos estabelecer uma distinção entre ambas no âmbito da nobreza medieval – foram em grande parte moldadas através de suas relações sociais, principalmente com outros nobres. Estes elos, tais como as próprias relações de parentesco, configuravam-se enquanto centrais ao fundamento da nobreza como grupo social (BARTON, 2009, p. 500).

² Cabe ressaltar que jaz aqui uma discrepância entre o *Livro de Linhagens* e a primeira redação da *Crónica de 1344*. Enquanto na *Crónica* a mãe de Mudarra era irmã de Almançor, no *Livro de Linhagens* esta era referenciada como prima do mesmo (*Livro de Linhagens*, Título X, Capítulo 1, p. 147-148).

Como afirma Guerreau-Jalabert, os historiadores ao se debruçarem acerca da temática do parentesco devem atentar ao menos em dois aspectos essenciais: o primeiro é que o parentesco compõe um aspecto relacional específico a cada sociedade, isto é, um determinado grupo social possui um sistema próprio de organização do parentesco. A segunda particularidade é que nossa experiência pessoal sobre aquilo que compreendemos nos meandros do parentesco não pode ser imputada ao estudo de outras sociedades (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 321).

Tomemos como exemplo, a ideia de família. Sob a direção dos estudos sociológicos este conceito integraria um grupo de pessoas vinculadas pela filiação biológica, pela aliança matrimonial e por modos de parentesco artificial. De modo geral, esta acepção não diferiria daquilo que consiste enquanto o campo dos estudos de parentesco. Por outro lado, o vocábulo família igualmente compreende a ideia de uma célula doméstica (LORING GARCÍA, 2001, p. 16). Isto posto, este conceito deve ser evitado justamente por favorecer a confusão entre uma residência familiar – a célula doméstica – e o caráter relacional do parentesco e suas ordenações. Para tanto, ao nos voltarmos ao estudo das relações de parentesco no medievo, como alerta Guerreau-Jalabert, convém aos historiadores se valerem do vocabulário antropológico e de noções como consanguinidade e aliança (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 321).

“Sistemas de parentesco”, “estruturas familiares” e “família” são expressões que integram um vocabulário específico voltado, em geral, aos laços de consanguinidade, como a filiação biológica, sem, contudo, se restringir a ela. Este vocabulário se estende pelas vias da afinidade e da aliança, como no matrimônio e na formação das mesnadas, mas também de um parentesco espiritual capaz de unir inúmeras pessoas sob o signo de uma fraternidade cristã (LORING GARCÍA, 2001, p. 1-2).

Essas relações de consanguinidade, que como vimos, perpassam os elos entre os progenitores e seus descendentes, podem se estabelecer unilinearmente enquanto sistemas agnáticos que se originam na figura paterna ou materna, mas também em sistemas cognáticos bilaterais que reconhecem ambos os sexos³ (LORING GARCÍA, 2001, p. 2). Centrais às sociedades medievais, principalmente se nos atermos ao estamento nobiliárquico, os vínculos de *sanguie* orientavam os modos de organização

³ É importante lembrar que os termos agnatismo e cognatismo formam parte crucial do vocabulário dos estudos voltados às relações de parentesco, da história da família e campos similares. De modo geral poderíamos situar as sociedades agnáticas como aquelas nas quais apenas uma das linhas – masculina ou feminina – são validadas em termos políticos ou materiais. Por outro lado, sociedades cognáticas consideram tanto as linhas masculina e feminina ao estabelecimento de uma rede parental. Para mais informações ver GOODY, 1983.

destes grupos de parentes, bem como a transmissão de um patrimônio material e simbólico (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 322).

Ouçamos aqui outra das narrativas do conde de Barcelos sobre o sangue e seu princípio de historicidade. O rei Ramiro II de Leão “ouvio falar da fermosura e bondades de ãa moura, e em como era d’alto sangue e irmãa d’Alboazar Alboçadam, filhos de dom Çadam Çada, bisneto do rei Aboali, o que conquereo a terra no tempo de rei Rodrigo” (Livro de Linhagens, Título XXI, parágrafo 1, p. 204). Não será preciso dizer aqui que a narrativa de Ramiro II compartilha, em muitos aspectos, uma estrutura similar ao caso de Mudarra Gonzáles, ponto ao qual retornaremos adiante. Ressaltemos, neste momento, as similitudes destas figuras femininas: a irmã de Almançor e a irmã de Alboazar Alboçadam.

O rei Ramiro, interessado naquela bela donzela, perguntou a Alboazar se poderia desposá-la. Ora, aquele poderoso mouro se questionou como um cristão, que já contraiu o matrimônio, poderia casar uma segunda vez, agora com uma mulher de outra lei. O monarca então afirmou que devido ao seu parentamento com sua esposa, a rainha dona Aldora, a Igreja os separaria. Contudo, Alboazar negou seu pedido, pois sua irmã havia sido prometida ao rei de Marrocos. Inconformado, Ramiro II, com a ajuda de “ũu grande astrologo”, raptou a irmã de Alboazar e “el levou a moura a Minhor, depois a Leom, e bautizou-a e pos-lhe nome Artiga, que queria tanto dizer naquel tempo, como castigada e ensinada e comprida de todolos bães” (Livro de Linhagens, Título XXI, parágrafo 1, p. 205).

Após uma série de artimanhas e estratégias que envolveram a traição da rainha Aldora, que, segundo a narrativa, procurava a desonra de seu marido, a morte de Alboazar Alboçadam e o afastamento do filho de seu primeiro casamento, o infante Dom Ordonho que pecou ao amaldiçoar sua mãe, o rei Ramiro II retornou às terras de Leão “e fez sas cortes mui ricas, e falou com os seus de sa terra, e mostrou-lhes as maldades da rainha Alda sa molher, e que ele havia por bem de casar com dona Artiga, que era d’alto linhagem” (Livro de Linhagens, Título XXI, parágrafo 1, p. 205-211).

O Título XXI do *Livro de Linhagens*, foi dedicado ao rei Ramiro e seus descendentes que, como veremos, compunham um poderoso estrato da fidalguia lusocastelhana. A narrativa deste ancestral se assemelhava às histórias de raptos perpetradas por jovens cavaleiros que almejavam alguma forma de ascensão social. Mas um fator nos chama a atenção: para além de seus atrativos físicos e estéticos anteriormente citados, em dois momentos o monarca cristão voltou sua atenção à ancestralidade de Artiga. De

tal modo que, diante dos da terra de Leão, seus conselheiros, ele clamou que após a morte de sua antiga esposa, ele faria um bem ao casar com aquela donzela de alta linhagem.

Voltemos aos progenitores de Dom Mudarra. Gonçalo Gústioz, consternado após a morte de seus filhos, chamou a atenção de seu captor Almançor – um tão bom cavaleiro não poderia encerrar sua vida daquela maneira. Para consolá-lo ele enviou sua irmã, uma bela infanta, que por saber falar a “língua dos cristãos” poderia acalantar o coração daquele “ombre de muy alta sangre” e, quem sabe, até mesmo torná-lo um mouro. Contudo, alheio aqueles desejos, Dom Gonçalo viu naquela donzela uma dádiva divina, um modo de exercer seu direito de vingança (Crónica de 1344, capítulo CCLII, p. 400-402):

E don Gonçalo Gustios dijo que la non dexaría por miedo del rey, nin por cuantos moros avía em España. [...] E lançó por la mano e yugo con ella. E ella, defendiéndose, non pudo y ál fazer. E tovo Dios por bien que, de aquel ajuntamento, fincasse ella preñada de un fijo que, después llamaron Mudarra Gonçález, que fué, después muy buen cristiano e a servicio de Dios [...] (Crónica de 1344, capítulo CCLII, p. 403).

Em ambas as narrativas as mulheres foram amputadas de um nome. Não sabemos quem foi a mãe de Mudarra: prima ou irmã, importava ressaltar seu vínculo com Almançor. Já Artiga carregava em seu nome a marca de um castigo e de um ensinamento – como se quisessem apagar seu passado, ela entrava na história apenas como uma mulher cristã. Pouco importava a Pedro Afonso e os historiadores que o precederam denominá-las. Pouco importava aos seus públicos essa nomeação. De modo similar, pouco importava que estas famílias foram originadas em raptos e violências. Importava que uma e outra fossem um elo aos seus parentes. Através de sua mãe, Mudarra se aparentava a Almançor, que na altura dos séculos X e XI se configurava enquanto um dos maiores oponentes dos reis e nobres hispano-cristãos. Através de sua esposa, os descendentes de Ramiro II teriam entre seus antepassados os mouros que conquistaram a própria Espanha dos cristãos. Importava, de fato, que a honra daqueles nobres fosse elevada não por suas mães em si, mas pelo *sangue e linhagem*, enquanto sinônimos, que elas carregavam em seus corpos.

Emergia entre os séculos XI e XII na Cristandade Latina medieval, junto às transformações das formas de “aparentamento”, um novo vocábulo central ao estamento nobiliárquico: a linhagem (LORING GARCÍA, 2001, p. 18). De uma linha traçada a partir de um ascendente à noção de uma “casa aristocrática” vinculada a um determinado território, como aponta o antropólogo Jack Goody, o conceito de *lignage*/linhagem aglutinou múltiplos sentidos no decorrer do tempo. Mas o que pode um conceito –

ineficaz, por exemplo, ao entendimento de como outras sociedades organizavam suas relações de parentesco, como as populações beduínas no norte da África – tão fluido e diversificado falar (GOODY, 1983, p. 228-231)?

Ora, esta multiplicidade do conceito, em nossa perspectiva, reitera a necessidade de um aprofundamento acerca de sua historicidade, tanto seu assentamento em uma determinada localização espaço-temporal objetada pelo historiador – em nosso caso a Cristandade Hispânica medieval entre os séculos XIII e XIV –, mas também seu uso disciplinar enquanto uma ferramenta heurística.

Para José Carlos Ribeiro Miranda um dos problemas basilares no emprego do termo linhagem é o fato do mesmo ser compartilhado por inúmeras disciplinas. Das ciências sociais modernas, como na antropologia e nos estudos de parentesco na qual a “linhagem” compreende um grupo fundamentado a partir de um ancestral em comum, mas também no campo da genética e da biologia relacionado à sequência evolutiva de uma espécie. No cerne desta miríade de possibilidades, ambos os campos disciplinares se voltavam não somente a um conceito histórico de linhagem, estabelecido no período medieval, mas toda uma tradição que se estendia por séculos no âmbito das memórias familiares (MIRANDA, 2011, p. 1).

Sem compor a mesma potência que este alcançou entre fins da Idade Média e início da modernidade, o vocábulo linhagem, mesmo que não compreendesse um significado homogêneo, em princípios do século XIII já estava instalado em basicamente todos os territórios da Cristandade Latina (DACOSTA, 2017, p. 261). Oriundo do ambiente francês do final do século XI e, posteriormente difundido a partir dele, sua transposição ao sul da fronteira pirenaica, ao menos textualmente, ocorreu aproximadamente cem anos depois nas delimitações da Coroa de Navarra em uma das fontes primordiais à elaboração das genealogias ibéricas: o *Liber Regum* (MIRANDA, 2011, p. 4).

Voltado a um inventário das dinastias hispano-cristãs, em uma direção do passado bíblico ao presente, o termo *lignage* emergia no *Liber Regum* – ou como propõe Georges Martin em um título vernáculo ao texto, *o Libro de las generaciones y linajes de los reyes* – associado ao campo semântico de outro vocábulo, a *generacion*. Em seus códices a palavra *generacion* surgia correlacionada, em geral, ao ramo bíblico desta narrativa, a seguir suas emergências no âmbito genealógico francês, romano e persa, sem qualquer referência ao seu emprego às passagens direcionadas aos reis hispânicos. Permeado por múltiplos significados, do engendramento às concepções diacrônicas e sincrônicas, no

Liber Regum a *generacion* se fundava sob uma acepção da filiação agnática que corre de pai para filho (MARTIN, 2010, p. 6-7).

A linhagem, por outro lado, assumia um papel central na composição do texto. Preponderante, ela não se limitava às genealogias cristãs das escrituras. Se *generacion* não compunha o léxico referente ao mundo peninsular, em seus diversos códices a *lignage* estava manifesta tanto em alusão ao passado bíblico quanto ao seu presente hispano-medieval. Tripartida entre um âmbito gentílico, pessoal e dinástico a linhagem se encontrava conexas a um processo de identificação. Alocada no universo gentílico, por exemplo, ela era capaz de discernir as *gentes* de uma mesma ascendência, como os godos e sua linhagem. Em uma esfera nobiliárquica, o vocábulo foi aplicado como um modo de distinguir um indivíduo ou mesmo indivíduos – homens ou mulheres – atrelados a um antepassado comum (MARTIN, 2010, p. 7-8).

Mesmo que próximos, *lignage* e *generacion* possuíam diferenças cruciais. Enquanto a segunda estava atrelada a uma filiação agnática e patrilinear, a linhagem assumia uma dupla filiação tanto pela via masculina quanto feminina. Para além da oposição entre agnatismo e cognatismo, o termo *lignage* foi engendrado a partir de uma relação com um determinado território, como em categorizações que atrelam os “filhos de Israel” ao domínio de Jerusalém. De tal modo que a “linhagem dos reis de França”, de Meroveu à Hugo Capeto, não estava necessariamente relacionada ao sangue, mas sim a um assentamento em uma terra (MARTIN, 2010, p. 8-9).

Perante a nobreza peninsular, a linhagem assumia ao menos dois aspectos. No primeiro deles, melhor explorado até este momento, o vocábulo definia um modo de estabelecer um elo entre antepassados e descendentes em uma experiência que mesclava passado e presente. Este caráter diacrônico da linhagem era aquele que, segundo Miranda, acabava por ser privilegiado por historiadoras e historiadores, principalmente em estudos calcados nos livros genealógicos ibéricos. Neles um segundo aspecto da linhagem, seu caráter sincrônico, capaz de vincular nobres contemporâneos sob o signo de uma parentela, não podia ser de todo explorado (MIRANDA, 2011, p. 3-4).

O historiador José Ribeiro Miranda destaca que, em meados do século XIII, a palavra linhagem estava cada vez mais difusa na sociedade hispânica. Se no *Liber Regum* o termo foi associado a um inventário das dinastias e, por conseguinte, a uma diacronia, em textos como o cantar de Martin Soares, elaborado em 1227, ele abarcava outros significados. Ao invés de se colocar centralizado na figura de um ancestral, ele se referia a um grupo de contemporâneos, de parentes consanguíneos, tanto por uma via

horizontal de primos e irmãos quanto em uma proximidade vertical de pais, filhos, netos e avós (MIRANDA, 2011, p. 7-8).

Apesar de sua emergência em solo peninsular através de um texto genealógico, conectado a uma experiência diacrônica, foi em seu caráter sincrônico que o termo se difundiu até meados do século XIII. A linhagem, neste sentido, abarcava muito mais os parentes consanguíneos próximos do que um ancestral longínquo. Somente na segunda metade do século, período no qual o *Liber Regum* alçou um novo fôlego, o vocábulo se consolidou nestes dois usos – um voltado à sincronia da consanguinidade e outro à diacronia da ancestralidade (MIRANDA, 2011, p. 15-16).

Os fidalgos da Espanha

Voltemos ao conde Dom Pedro Afonso de Barcelos. A linhagem assumia uma face central em sua produção enquanto alicerce da sociedade humana. Se Pedro Afonso não elaborou o primeiro livro genealógico em terras lusitanas, sua obra, o *Livro de Linhagens*, distinguiu-se por não se orientar somente às famílias nobres de Portugal – objetos de seus predecessores nos *Livro Velho* e *Livro do Deão*, mas a toda uma nobreza hispânica (MIRANDA; FERREIRA, 2015, p. 31-32). Em suas palavras:

E veendo as escripturas com grande estudo e como falavam d'outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos de Espanha. E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera se nom fazerem mal ũus aos outros, a meos de tor[v]arem⁴ a este amor e amizade per desfiarem-se. Esto diz Arisotiles: que se homẽes houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus (Livro de Linhagens, Prólogo, parágrafo 2-4, p. 55-56).

O termo amizade ocupou um largo espaço na elaboração do prólogo da obra. O bastardo de Dom Dinis retomou ali uma teoria da amizade que remontava às referências aristotélicas da *Ética a Nicómaco* e de traços ciceronianos em *De Amiticia*. Contudo, como delineia a historiadora Maria do Rosário Ferreira, as noções de amizade e justiça apresentadas pelo conde fizeram jus a uma referência mais próxima, não apenas no espaço e no tempo, mas pelo próprio sangue – as *Siete Partidas*, obra legislativa dirigida por seu bisavô e rei de Castela, Afonso X (FERREIRA, 2012, p. 97-98).

⁴ Sobre o emprego de tornarem ou torvarem ver FERREIRA, 2012, p. 103-105.

A amizade era um modo de relação social específico e central aos nobres daquela altura. O ato de tornar, referenciado pelo próprio conde, integrava a revogação de um pacto de não-agressão, firmado por estes homens, que na prática alçava as hostilidades intra-nobiliárquicas, como as vinganças privadas, ao âmbito da legalidade. O *tornar amistad* nulificava a ilicitude dos atos que culminavam nas práticas de violência entre estes nobres. A amizade pertencia a eles. Ela era uma forma de exercer a justiça tanto em tempos de paz quanto de violência (FERREIRA, 2012, p. 104-105).

Para Pedro Afonso foi crucial a ideia de uma nobreza detentora de seus privilégios de justiça alheios à realeza. A amizade configurava o símbolo de uma auto-soberania dos nobres sobre o seu próprio estatuto. Ora, na Castela baixo medieval estes pactos de amizade se formaram enquanto uma contraposição às tentativas de monopolização da soberania nas mãos do monarca, que se materializaram no *Ordenamiento de Alcalá*, promulgado em 1348, enquanto uma ingerência do poder régio a um âmbito que, para o conde de Barcelos, pertencia ao universo fidalguesco (FERREIRA, 2012, p. 114-115).

Como demonstra Maria do Rosário, o Prólogo do *Livro de Linhagens* foi possivelmente escrito após a elaboração deste *ordenamiento* em 1348, como uma resposta às pretensões centralizadoras da monarquia castelhana aos direitos da nobreza peninsular. O conde de Barcelos concebeu na restituição de uma verdadeira amizade posta sob o serviço de Deus, marcada pelos elos da natureza de sangue, um modo de unir todos os fidalgos da Espanha (FERREIRA, 2012, p. 114-121):

E por que nem ãa amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ãu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titulos e per alegações que cada ãu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver. E o que me a esto moveo foram sete cousas (Livro de Linhagens, Prólogo, parágrafo 5, p. 56).

A preeminência de uma “ideologia da amizade”⁵ constituía um elo entre esses nobres, um elo que partia do próprio *sangue*. Através desta consanguinidade estes fidalgos compuseram uma identidade própria suportada em uma consciência de linhagem. A teoria da amizade concebida pelo bastardo de Dom Dinis, enquanto uma reconfiguração dos preceitos defendidos por seu bisavô aos desejos de uma fidalguia

⁵ Importa destacar que o conceito de amizade no período medieval difere de nossa acepção contemporânea. Para mais informações sobre ver GUIMARÃES, 2012.

hispânica, objetivava uma harmonização da sociedade pautada por esta solidariedade linhagística (SOUZA, 2018, p. 62).

Se a amizade esteve no cerne daquele estrato social, a amizade pela via do sangue alçava um estatuto de bondade sem igual. E justamente para mantê-la, para que esta amizade não se perdesse, o conde seguia com sua obra. A chave aqui está que este sangue não se constituía apenas como uma experiência exclusivamente sincrônica ou diacrônica – a linhagem apresentada não se voltava somente à sincronia dos parentes consanguíneos próximos ou mesmo a figura de um ancestral longínquo. O elo do sangue permitia que estes nobres se aproximassem tanto de seus antepassados mortos quanto de sua parentela viva. Tal movimento, torna-se perceptível na terceira das justificativas à composição do *Livro de Linhagens*:

A terceira, por seerem de ãu coração, de haverem de seguir os emmigos que som em estroimento da fé de Jesus Christo, ca, pois eles veem de ãu linhagem, e sejam no quarto ou no quinto grao ou dali acima, nom devem poer deferença antre si, e mais que os que som chegados come primos e terceiros, ca mais nobre cousa é e mais santa amar o homem a seu parente alongado per dívido, se bõ é, que amar ao mais chegado, se faleçudo é. E os homões que nom som de boo conhecer nom fazem conta do linhagem que hajam, senam d'irmãos e primos cõirmãos e segundos e terceiros. E dos quartos acima nom fazem conta. Estes taes erram a Deus e a si, ca o que tem parente no quinto ou sexto grao ou dali acima, se é de gram poder deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o d'ajudar. E se é mais pequeno que si deve de lhe fazer bem, e todos devem seer de ãu coração (Livro de Linhagens, Prólogo, parágrafo 8, p. 56-57).

Um só coração. Com esta figura em mente, Pedro Afonso teceu seu livro para que aqueles homens aparentados, os fidalgos de Espanha, enfrentassem os inimigos do cristianismo. Porém, como estes poderiam alçar esta unicidade? Este afirmava que os homens “que nom som de boo conhecer” percebem enquanto componentes de sua linhagem apenas irmãos e primos de até terceiro grau e, ao seguir tal procedimento, eles erram. Não seria preciso um grande esforço para compreendermos que esta digressão se contrapunha a uma concepção que valorizava uma versão estreita da linhagem fundamentada em uma parentela próxima. Na visão do conde, as relações de parentesco se estenderam para além desta proximidade na formação de uma grande linhagem fidalguesca em terras hispânicas.

O parentesco é, antes de tudo, um fenômeno cultural. Mesmo que uma determinada sociedade o nomeie enquanto natural ou biológico, ou que ele se atenha a consanguinidade, ele continua a abranger um constructo sociocultural (GUERREAU-JALABERT, 1984, p. 66). Em seu *Livro de Linhagens* o conde de Barcelos propôs um alargamento daquilo que, em geral, não apenas antropólogos e historiadores, mas

também os membros da aristocracia peninsular, compreendiam no âmbito dos laços de sangue. Se, como vimos, o conceito de linhagem se difundiu ao sul da fronteira pirenaica no decorrer do século XIII associado a sincronia que aproximava vertical e horizontalmente uma parentela, em meados do século XIV, o bastardo de Dom Dinis reconfigurava o conceito em prol daquilo que entendia como uma defesa estamental da alta nobreza hispânica.

A ampliação dos laços de sangue entre estes “fidalgos de Espanha”, similar às formas de parentesco artificial encontradas na Cristandade Latina, pode reforçar a coesão de um grupo social (GUERREAU-JALABERT, 1984, p. 71-72). Visto que os homens que se limitam aos seus parentes de terceiro grau erram, aqueles que estendem seus laços para além servem bem a Deus. Não importavam nem mesmo suas posições hierárquicas naquela sociedade, importava que estes se unissem em um só coração, pois é isto o esperado de homens de tamanha nobreza.

As palavras do bastardo de Dom Dinis se concatenam a um projeto que, por um lado procurava intercambiar a noção de uma consciência de linhagem a uma identidade fidalguesca, e se contrapor às ambições centralizadoras das monarquias luso-castelhanas que se afiguravam desde o final do século XIII. Para tanto, ele se aventurou em uma percepção diacrônica da linhagem, afinal os nobres deveriam conhecer seu passado, de modo a estabelecer laços de sangue que acabaram por unir aquelas mulheres e homens em uma sincronia que visava meter amor e amizade entre os fidalgos de Espanha.

A consciência de linhagem

Mais vale amar um parente distante vivo do que um próximo morto. A fórmula expressada por Pedro Afonso não era uma ode aos vivos ou sequer um desprestígio à figura dos mortos e antepassados. Ela definia o que caracterizava o alargamento dos laços de sangue às nobrezas peninsulares – o fortalecimento de uma solidariedade linhagística e nobiliárquica pautada tanto no passado quanto no presente. A linhagem fluuava entre a sincronia da consanguinidade e a diacronia da ancestralidade.

O movimento proposto pelo conde se torna perceptível ao observarmos a centralidade do Título XXI do *Livro de Linhagens*:

donde decenderom os nobres fidalgos de Castela e de Portugal e Galiza, e d'algũus feitos que fezerom, mostra-lo-emos em breve, e de como decendem do mui noble rei Ramiro de Leon, assi como se mostra em as grosas do seu titulo XXI [...] (Livro de Linhagens, Prólogo, parágrafo 15, p. 58).

Os nobres de Portugal, da Galícia e de Castela eram descendentes de Ramiro II. E mais, ele foi o ancestral de duas das maiores linhagens nobiliárquicas da península. Seu filho com dona Artiga, Alboazar Ramirez, fundou nos territórios lusitanos a importante linhagem dos da Maia. Gonzalo Gustioz, pai de Mudarra Gonzalez, o fundador da linhagem de Lara, foi fruto do casamento entre Gustio Gonzales e a filha do monarca leonês, Artiga Ramirez. Foi Ramiro o elo que permitiu estabelecer esses laços de solidariedade da fidalguia hispânica. Aos fidalgos de Espanha ordenados pelo conde de Barcelos, aquele rei foi uma espécie de herói fundador. Contudo, voltemo-nos agora aos seus descendentes.

Anteriormente, denotamos que as esposas de Gonzalo Gustios e Ramiro II ocuparam em suas narrativas o papel de outorgar parte de sua honra aos seus filhos. Vinculadas pelo sangue à Almançor e Alboazar Alboçadam, elas legaram aos seus descendentes uma parcela do alto sangue que estes possuíram. No caso do *Livro de Linhagens*, como aponta Neila Souza, as mulheres tiveram uma função secundária. Arelada aos indícios de uma cultura que as inferiorizava em uma hierarquia das ordens do mundo, era sua honra, concebida tanto como um território quanto a uma qualidade moral, que interessava aqueles homens. Elas emergiram na economia das genealogias pelos seus elos com pais, maridos e filhos, ou seja, pelo matrimônio e pela maternidade (SOUZA, 2018, p. 73).

Guerreau-Jalabert delineou que a fixação de uma qualidade agnática às estruturas de parentesco presentes na sociedade latino-cristã medieval incorreria em um vício a sua compreensão. No âmbito literário, por exemplo, a autora observou que em uma narrativa do ciclo arturiano o termo *lignage* pode encerrar elos por vias masculinas e femininas. Assim, o rei Artur reconheceu Gauvain, filho de sua irmã, e Cligès, filho da filha de sua irmã, como membros de sua *lignage*. Tal ocorrência, demonstraria uma possível incompatibilidade desta identidade linhagística e um sistema patrilinear. Contudo, estas estruturas igualmente não poderiam ser concebidas sob os fundamentos de um sistema matrilinear (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 323-324).

Em *The development of the family and marriage in Europe*, Jack Goody destacou que as formas de organização familiar europeias, próximas de um cognatismo, foram no decorrer do período medieval sobrepostas, com o processo de constituição da *lignage*, por um fundamento agnático. No entanto, como aponta o antropólogo, a bilateralidade desta organização familiar, em muitos casos, combinava-se com as características destes sistemas patrilineares. De modo que a bilateralidade e a patrilinearidade não são

necessariamente inconciliáveis, principalmente, em contextos nos quais homens e mulheres podem herdar bens. A chave, para Goody, é perceber como um sistema agnático de clãs ou linhagens não exclui a presença de um parentesco bilateral (GOODY, 1983, p. 210-222).

Mas por que, usualmente, atrelamos as sociedades latino-cristãs no período medieval a um sistema patrilinear? Para Guerreau-Jalabert um dos pontos que contribui para esta percepção é que existia um favorecimento a uma transmissão masculina de cargos e terras. Como afirma a autora, para superar estes filtros, torna-se imprescindível um aprofundamento acerca do conceito de linhagem nestes grupos, de maneira que este fosse capaz de demonstrar a fluidez de suas estruturas entre o agnatismo e o cognatismo (GUERREAU-JALABERT, 2002, p. 324-326).

Para Dominique Barthélemy, ao menos no âmbito francês, se a herança patrimonial favoreceu, ainda que não exclusivamente, a patrilinearidade, a guerra e as alianças firmadas entre nobres, facetas que como a terra foram essenciais a sua identidade, tendiam a se aproximar do cognatismo à elaboração de uma solidariedade linhagística. A consciência familiar era, portanto, cognática (BARTHÉLEMY, 1990, p. 120-124). Como nas palavras de Ruiz-Domènec, se a herança beirava a patrilinearidade, a aliança era matrilinear – o sistema bilateral era central à Cristandade Latina medieval (RUIZ-DOMÈNEC, 2017, p. 34-37).

Entretanto, como destaca Sottomayor-Pizarro, jaz na importação do conceito de linhagem ao estudo da nobreza medieval portuguesa e castelhana um problema de fundo. O que o autor procura dizer é que o modelo antropológico e francês só fez sentido ao sul da fronteira pirenaica entre fins do século XIII e início do XIV. Somente ali, com a introdução do morgadio, que se produziu o afastamento dos secundogênitos da herança paterna e de sua concentração na figura do primogênito masculino (SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2011, p. 3-4).

Em Portugal, desde os séculos XI e XII, a transmissão de herdades reconhecia tanto as linhas masculinas quanto as femininas. Este cognatismo se manteve presente até o século XIV, período no qual coexistiu com uma tardia implantação em solo ibérico do sistema agnático patrilinear. A linhagem, no âmbito patrimonial, aproximava-se muito mais de uma estrutura cognática. O agnatismo político, tão aclamado pela historiografia portuguesa entre os anos 1970 e 1980, convivia, de fato, com um cognatismo patrimonial (SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2011, p. 7-9).

Entre as ideias e a prática, a noção de linhagem em terras hispânicas pode abranger múltiplas realidades que não necessariamente foram similares. Há um consenso entre os medievalistas, por exemplo, que os textos genealógicos produzidos na península privilegiavam tanto uma patrilinearidade quanto o que Dacosta denomina como uma hierarquização vertical das relações entre os membros da nobreza (DACOSTA, 2016, p. 3). Como vimos, Pedro Afonso acabou por ampliar estas relações, tanto em relação a uma concepção "verticalizada" pautada na presença do ancestral quanto uma "horizontalizada" preocupada com elos fraternais e de proximidade. Ao "horizontalizar" o conceito de linhagem, não em um sentido de fraturação das hierarquias sociais, mas de dilatação das relações de parentesco frente aos vivos e aos mortos, o conde a transformava em uma ampla categoria, os fidalgos de Espanha, sem destituir a função preponderante desta verticalidade figurada nos antepassados daquelas mulheres e homens. Um processo que legava às linhas maternas um papel específico.

Ainda no prólogo do *Livro de Linhagens*, o autor destacou enquanto um segundo motivo à composição de sua obra: "é por saberem estes fidalgos de quaes descenderam de padre a filho e das linhas travessas" (Livro de Linhagens, Prólogo, parágrafo 7, p. 56). Fica perceptível que o bastardo de Dom Dinis centralizava sua concepção linhagística em uma estrutura agnática na qual a descendência se dava de pai para filho. Mas não exclusivamente nela. Afinal, seria impossível propor um aparentamento entre os nobres de Castela, Portugal e Galícia sem reconhecer as linhas maternas. Se Dom Mudarra pode ser confirmado enquanto um descendente de Ramiro II, foi através da filha do monarca leonês, Artiga Ramirez.

A seguir uma estrutura similar ao *Liber Regum*, o Título I do livro do conde de Barcelos principiava com um passado cristão e bíblico: "Esta é a geeraçom d'Adam ataa Jesus Christo, como vem dereitamente de padre em filho" (Livro de Linhagens, Título I, parágrafo 1, p. 59). Tal como na obra navarra elaborada entre fins do século XII e início do XIII, o vocábulo *geeraçom* estava associado a patrilinearidade. De pai para filho, sem qualquer espaço às mulheres, fossem elas mães ou filhas. Um fenômeno que se torna inteligível ao observarmos a questão de Maria:

Este Joseph vem dereitamente da linhagem de Santa Maria, co-irmão seu. Mas por que a Lei nom soffreo que molher seja contada na geeraçom, aduze-a por linhagem dos reis primeiramente, e de//pois por Jacob; padre de Joseph, que foi esposo e guardador da Virgem Santa Maria, por que esto que nem ãu homem nom houvesse de veer com ela, porque dela foi nado Jesus que é chamado Christus (Livro de Linhagens, Título I, parágrafo 10, p. 70).

Maria não poderia pertencer à geração porque esta era algo exclusivamente masculino. Cabia a mãe de Cristo, um lugar na linhagem dos reis, não em sua *geeraçom*. Se esta, a geração, tendia ao agnatismo e a patrilinearidade, a linhagem compreendia o cognatismo bilateral. E, justamente, enquanto uma categoria central à obra de Pedro Afonso, a linhagem balizava a constituição de uma fidalguia hispânica. Mesmo que esta priorizasse as linhas masculinas ela prescindia das linhas femininas. Estas poderiam elevar hierarquicamente outras linhagens.

Anita Guerreau-Jalabert observou que em determinados espaços da Cristandade Latina medieval, membros de uma hierarquizada aristocracia empreendiam uniões homogâmicas nas quais famílias de uma classificação superior se aliavam às famílias menores. Nestes casos o matrimônio se definia como um modo de alicerçar estas relações hierárquicas (GUERREAU-JALABERT, 1984, p. 80). Ao tratarmos do âmbito ibérico, existia um “mercado matrimonial nobiliárquico intrapeninsular”, expressão utilizada pelo historiador Luís Krus, pelo qual estas nobrezas puderam fortalecer seus elos de solidariedade. Além disso, estas estratégias matrimoniais serviam aos nobres em um contexto de fortalecimento das elites urbanas – em troca da nobilitação das mesmas, estas ofereciam suas riquezas (KRUS, 1994, p. 59-107).

Ao casar com dona Artiga, Ramiro II possibilitava aos seus descendentes um elo com os mouros responsáveis pela conquista da Espanha. Artiga, como o próprio Ramiro reconheceu, era uma mulher de alta linhagem. De modo similar, Mudarra Gonzalez pode acessar, através de sua mãe, uma ancestralidade que o vinculava a uma “nobreza” ibérico-muçulmana e um dos principais adversários das monarquias hispano-cristãs da altura. O herói da linhagem dos Lara era um homem de alto sangue por ambas as partes, não apenas pela via paterna – que o aproximava da monarquia leonesa e daqueles que conquistaram a península – mas também materna figurada em Almançor.

Como vimos, entre o *Livro de Linhagens* e a *Crónica de 1344* existia uma discrepância na relação de parentesco entre a mãe de Dom Mudarra e Almançor. Enquanto na primeira esta era referenciada como prima do mouro, na segunda ela figurava como sua irmã, uma infanta. Para Ferreira, a considerar que a redação da crônica foi posterior ao seu texto linhagístico, esta transformação se deu como um meio de estreitar os laços entre o ancestral da casa de Lara e aquela nobreza ibérico-muçulmana – Almançor não seria apenas um parente distante, não que isto fosse um impedimento ao conde, mas o próprio tio de Mudarra (FERREIRA, 2010, p. 86).

De modo similar, na versão anterior de a lenda de Gaia, narrativa que se remetia à ancestralidade dos da Maia, fixada em meados do século XIII no *Livro Velho*, não existia uma precisão se o rei cristão mencionado no texto era Ramiro II. Além disso, não ficava claro o parentesco entre a moura, progenitora daquela linhagem, e um rei muçulmano. De serviçal palaciana, aquela donzela se tornou irmã de Alboazar, em um processo que acabou por culminar na nobilitação dos da Maia (FERREIRA, 2010, p. 87).

Considerações finais

Em muitos casos, tais como as irmãs de Almançor e Alboazar, as mulheres presentes na narrativa foram destituídas de um nome e, em alguns momentos, referenciadas apenas como “donas”. O mesmo não pode ser dito acerca dos homens presentes naquela genealogia. Cabe destacar que, se no período medieval não existia uma grande disponibilidade e variabilidade de nomes pessoais, em regiões como Castela e Portugal o segundo nome era uma derivação do primeiro nome paterno. Assim Gustio Gonzalez legava ao seu filho Gonçalo Gustioz seu segundo nome. Para Souza este fator estava vinculado ao favorecimento da patrilinearidade, ao menos no âmbito político (SOUZA, 2018, p. 73-86).

Em seus estudos acerca de sociedades clânicas, Jack Goody percebeu a presença de sufixos e prefixos como *son*, *O*, *Uí* e *Mac* como indícios de culturas pautadas em uma filiação agnática patrilinear (GOODY, 1983, p. 233). Sobre este ponto, detenhamo-nos um momento nos nomes imputados aos ancestrais das linhagens de Lara e Maia. De modo similar aos casos supracitados por Goody, Alboazar Ramirez e Mudarra Gonzalez carregavam em si os nomes de seus próprios pais, o monarca leonês Ramiro II e o nobre cavaleiro cristão Gonçalo Gustioz. Se eles compuseram um indício, senão da predominância, ao menos da valorização das linhas paternas, eles igualmente herdaram de suas respectivas progenitoras.

Alboazar teve o mesmo nome do irmão de sua mãe, dona Artiga, o rei Alboazar Alboçadam. Já em Mudarra, se não encontramos ecos dos nomes de sua mãe – que sequer foi nomeada – ou de seu tio, o mouro Almançor, seu significado em árabe pode nos indicar um caminho: “nascido de um casamento misto”. De acordo com Miranda e Ferreira este “carácter misto” entre cristãos e muçulmanos presente em ambas as narrativas destas linhagens, demonstraria uma perspectiva cara ao conde de Barcelos: a linhagem – vale lembrar que tanto os antepassados cristãos quanto muçulmanos de Mudarra e Alboazar

dispunham de um “alto sangue” – superava as diferenças de credo daquelas gentes de Espanha (MIRANDA; FERREIRA, 2015, p. 10-11).

No caso do *Livro de Linhagens*, uma das possibilidades de valorizar estas linhas femininas na narrativa se dava em momentos nos quais estas mulheres transmitiram a outras linhagens o “brilho” de sua própria (SOUZA, 2018, p. 123). Vejam bem, não foram Artiga ou a irmã de Almançor, em si mesmas, que honraram as linhagens de Maia e Lara. Foram os elos supracitados com Almançor e Alboazar Alboçadam que elevaram aquelas famílias. Se a linha masculina por si só já carregava legitimidade, a linha feminina mantinha uma relação de dependência com a primeira – Ramiro II, por exemplo, legou diretamente a honra de sua linhagem aos seus filhos enquanto dona Artiga serviu como um meio às honras de seus antepassados.

THE HIGH BLOOD: LINEAGE CONSCIOUSNESS AND THE TEXTS OF PEDRO AFONSO OF BARCELOS (14TH CENTURY)

Abstract: “A man of high blood from both parts of where he came from”. With these words Pedro Afonso (1287-1354), Count of Barcelos and bastard of King Dom Dinis I (1261-1325), wrote the panegyric of Dom Mudarra – but what did this quality attributed by that Portuguese history mean? Here we explore in the count’s texts what the historian Georges Duby defined as a “consciousness of lineage”, that is, a way in which the medieval noble strata identified themselves based on their kinship ties. Our hypothesis is that the expression attributed to that noble knight “of very high blood” carried at its core a principle of historicity – in Dom Mudarra the past of his ancestors was recognized as an active agent, an honor founded in the kinship structures of that society.

Keywords: Medieval historiography. Nobility. Iberian Peninsula.

LA SANGRE ALTA: LA CONCIENCIA DE LINAJE Y LOS ESCRITOS DE PEDRO AFONSO DE BARCELOS (SIGLO XIV)

Resumen: “Un hombre de sangre alta de ambas partes de donde vino”. Con estas palabras Pedro Afonso (1287-1354), conde de Barcelos y bastardo del rey Dom Dinis I (1261-1325), escribió el panegírico de Dom Mudarra – pero ¿qué significaba esta cualidad atribuida por aquel historiador portugués? Aquí exploramos en los textos del conde lo que el historiador Georges Duby definió como una “conciencia de linaje”, es decir, una manera en la que los estratos nobles medievales se identificaban a partir de sus vínculos de parentesco. Nuestra hipótesis es que la expresión atribuida a ese noble caballero “de muy alta sangre” llevaba en su esencia un principio de historicidad: en Dom Mudarra el pasado de sus antepasados fue reconocido como un agente activo, un honor basado en las estructuras de parentesco de esa sociedad.

Palabras clave: Historiografía medieval. Nobleza. Península Ibérica.

Referências

BARTHÉLEMY, Dominique. Parentesco. In: DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BARTON, Richard E. Aristocratic Culture: Kinship, Chivalry, and Court Culture. In: LANSING, Carol; ENGLISH, Edward D. **A Companion to the Medieval World**. Orxford: Wiley-Blackwell, 2009.

DACOSTA, Arsenio. El noble ante el espejo: el origen del linaje en la escritura nobiliaria ibérica. In: LOPEZ DE OJEDA, Esther (org.). **La memoria del poder, el poder de la memoria**. XXVII Semana de Estudios Medievales, Nájera. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2017.

DACOSTA, Arsenio. Geografías imperfectas: linaje y poder en la obra de Luís Krus. **Medievalista**, n. 20, p. 1-15, 2016.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. 27 de julho de 2014. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FERREIRA, Maria do Rosário (org.). **O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV**. Em memória de Diego Catalán. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FERREIRA, Maria do Rosário. «Amor e amizade entre os nobres fidalgos de Espanha». Apontamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. **Cahiers d'études hispaniques médiévales**, n. 35, p. 93-122, 2012.

GOODY, Jack. **The development of the family and marriage in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GUERREAU-JALABERT, Anita. Parentesco. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. v. 2.

GUERREAU-JALABERT, Anita. Sobre las estructuras de parentesco en la Europa medieval. In: FIRPO, A.R. (org.). **Amor, Familia y Sexualidad**. Barcelona: Argot, 1984. p. 59-89.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Convergência Lusíada**, v. 26, p. 132-145, 2012.

KRUS, Luís. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico: 1280-1380**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LIVRO DE LINHAGENS do Conde D. Pedro. [1340]. In: **Portugaliae Monumenta Historica**. Nova Série. Edição Crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências, 1980. II Volumes.

LORING GARCÍA, María Isabel. Sistemas de parentesco y estructuras familiares en la Edad Media. In: IGLESIA DUARTE, J. I. **La familia en la Edad Media: XI Semana de Estudos Medievais**, 2001, p. 13-38.

MARTIN, Georges. Libro de las generaciones y linajes de los reyes. ¿Un título vernáculo para el Liber Regum? **E-Spania (Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes)**, n. 9, p. 1-17, 2010.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro; FERREIRA, Maria do Rosário. O projeto de escrita de Pedro de Barcelos. **População e Sociedade**, v. 23, p. 25-43, 2015.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII. **E-Spania (Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes)**, n. 11, p. 1-23, 2011.

RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique. **La memoria de los feudales**. Barcelona: Pensódromo 21, 2017.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. Linhagens e estruturas de parentesco. Algumas reflexões. **E-Spania (Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes)**, n. 11, p. 1-12, 2011.

SOUZA, Neila M. **O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**: uma caracterização narrativa da nobreza ibérica (Portugal – século XIV). 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

VINDEL PÉREZ, Ingrid. **Crónica de 1344**: Edición crítica y estudios. 2015. Tese (Doutorado) – Departamento de Filología Española. Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 2015.

SOBRE O AUTOR

Rodrigo Prates de Andrade é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); membro do MERIDIANUM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais (UFSC) e do grupo temático "Escritos sobre os novos mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa" (UNESP).

Recebido em 30/09/2023

Aceito em 21/12/2023